

marxismo21

divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

<https://marxismo21.org>

Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda*

Valter Pomar**

A coalizão vencedora nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil foi encabeçada por Bolsonaro e pela extrema-direita, mas inclui a maior parte da classe dominante brasileira (os empresários capitalistas), parte expressiva dos setores médios (assalariados de alta renda, empresários capitalistas de pequeno e médio porte, pequenos proprietários familiares), parte expressiva do aparato de Estado (com destaque para o sistema judiciário, as forças armadas e as polícias militares), o oligopólio da mídia e seus associados, a maior parte da base social e eleitoral dos partidos de centro-direita (MDB e PSDB inclusive), a cúpula de várias igrejas e, por último, mas não menos importante, inclui também os governos e as comunidades de inteligência dos Estados Unidos e de Israel.

Foi esta ampla coalizão que conseguiu promover o impeachment/golpe contra a presidenta Dilma Rousseff; conseguiu condenar, prender e interditar a candidatura de Lula; conseguiu atrair o voto de parte das classes trabalhadoras e conseguiu que outra parte se abstivesse de votar.

O presidente Jair Bolsonaro tomou posse no dia 1 de janeiro de 2019. Deste então, todos os atos do presidente e de seu governo confirmaram que estamos diante de um governo profundamente autoritário, submisso aos Estados Unidos e ultraliberal, com vínculos com o crime organizado, adepto do fundamentalismo religioso, do medievalismo, da misoginia, do racismo, da homofobia, da intolerância, entreguista, saudosista da ditadura militar e adepto de um extremismo ultraliberal.

Por ter como objetivo declarado eliminar os oponentes, assim como por defender abertamente o uso de métodos ilegais e paramilitares de repressão, Bolsonaro pode ser considerado *neofascista*.

* Agradeço a marxismo 21 o convite feito para tratar do assunto indicado no título. As opiniões a seguir constam de vários textos e palestras feitas ao longo do ano de 2019. Ao final, respondo direta e sinteticamente as questões propostas pelos editores.

** Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC e membro da tendência *Articulação de Esquerda* do Partido dos Trabalhadores.

Aliás, Bolsonaro escolheu para ministro da Justiça o ex-juiz Sérgio Moro, responsável direto pela condenação de Lula, sem a qual Bolsonaro muito provavelmente não seria eleito. Ministro, Sérgio Moro adotou como prioridade a aprovação de um pacote de medidas que legalizem o Estado de Exceção, inclusive propostas de “excludente de ilicitude”, termo técnico que implica o direito dos agentes do Estado matarem pessoas, sem ter que responder por isso perante a justiça. No início de dezembro de 2019, o referido pacote foi aprovado com muitas emendas na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado; embora parte da oposição considere que Moro tenha saído derrotado, tudo indica que foi o oposto que ocorreu.

Bolsonaro nomeou para chanceler um diplomata de carreira, defensor do “choque de civilizações”, do “Ocidente cristão”, inimigo tanto do marxismo quanto do iluminismo e do jacobinismo presente nos melhores momentos da Revolução Francesa de 1789. Tanto o chanceler indicado quanto Bolsonaro e seu clã familiar vêm fazendo seguidos ataques contra os governos latino-americanos progressistas e de esquerda, ao mesmo tempo em que elogiam as posições dos governos dos Estados Unidos e de Israel. Por outro lado, o governo é obrigado a levar em consideração o papel e a força da China.

Nestes quase doze meses de governo, Bolsonaro adotou várias decisões contrárias à soberania nacional, tais como os termos de cessão da base de lançamento de foguetes de Alcântara, aprovados no Congresso com o apoio de parlamentares de vários partidos de esquerda; a ingerência nos assuntos internos de países vizinhos, como a Argentina e a Bolívia e a Venezuela, contra a qual se chegou a falar em guerra. No terreno ambiental, causou ou deixou causar danos imensos ao litoral, ao Cerrado e a Amazônia brasileira.

Bolsonaro escolheu como ministro responsável pela área econômica um “Chicago Boy”, defensor de posturas ultraliberais. Ao mesmo tempo, acabou com o Ministério do Trabalho, ato de um simbolismo sem igual. Além de aprofundar a reforma trabalhista (já aprovada no governo Temer) e além de implementar a reforma da previdência, o governo Bolsonaro trabalha noite e dia no sentido de aumentar nossa dependência externa, a financeirização e a desindustrialização de nossa economia, a primarização de nossa pauta exportadora, a supressão de nossas políticas sociais, destruindo as políticas públicas de emprego, salário, previdência, saúde, educação e habitação.

Em síntese, está em curso, desde janeiro de 2019, uma ofensiva do governo, da maioria conservadora do Congresso e do grande Capital, contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional.

A “lista de maldades” é longa e inclui, além do que já foi citado anteriormente, a facilitação do porte de armas para os latifundiários; volta das privatizações; as ameaças e ações de censura a filmes e outras produções culturais; até mesmo a carteirinha da UNE está sob ataque.

Como resultado direto e indireto das ações do governo Bolsonaro, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos

(destacadamente na saúde); crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos.

A piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, à sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho.

A crescente impopularidade do governo não foi, até agora, acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprovação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, seguiu-se um refluxo nas lutas sociais.

Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que retrocessos importantes ocorram inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar parte desta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que viabilizou o golpe, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro).

Entre estes últimos, está a centro-direita que busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”; Ciro Gomes deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha; e o movimento “Direitos Já”, do qual participam FHC, Anastasia e outros do gênero.

Frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução “por dentro” da institucionalidade e “através” de alianças com setores de centro-direita.

Tanto a esquerda em geral, quanto o PT em particular, seguem divididos entre os que defendem uma “frente democrática” com a centro-direita e os que defendem uma frente de esquerda.

A rigor, trata-se de polêmica semelhante à ocorrida em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? No fundo desta discussão, há diferentes visões sobre qual o “lugar” do governo Bolsonaro na história do Brasil?

Desde 1989 até 2014, a classe dominante brasileira majoritariamente tolerou, ainda que a contragosto, que a esquerda brasileira, liderada pelo PT, pudesse ser uma alternativa de governo. A partir de 2014, a maior parte da classe dominante passou a rejeitar tal possibilidade. E desde então opera para destruir as bases que possibilitaram, à esquerda brasileira, conquistar governos e governar.

Para isso, o governo Bolsonaro opera para destruir os meios que tornavam possíveis ambas as coisas: uma legislação que permite realizar políticas públicas estruturais em benefício da maioria; instituições de Estado que permitam executar estas políticas; um partido com força e presença nacionais; uma rede de movimentos sociais, populares e sindical com liberdade para lutar; um conjunto de ideias que cimentam um campo de forças democrático, popular e nacional.

Estão na mira do governo Bolsonaro: os sindicatos e as centrais sindicais; os movimentos sociais urbanos e rurais; os partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores; os direitos de mobilização e luta; e as próprias ideias de esquerda, que estão sendo estigmatizadas, perseguidas e criminalizadas. E também estão na mira do governo Bolsonaro a vida e a liberdade dos militantes da esquerda brasileira.

E isso não é assim, apenas porque Bolsonaro é de extrema-direita. Isso é assim, principalmente, porque Bolsonaro é um instrumento adequado às opções feitas pela maior parte da classe dominante brasileira e de seus aliados nos setores médios tradicionais.

E por quais motivos a classe dominante brasileira não aceita mais o regime político inaugurado formalmente em 1988? Essencialmente porque, em decorrência dos efeitos da crise de 2008 e da política em seguida adotada pelos EUA, houve uma redução nos lucros dos grandes capitalistas brasileiros. E uma maneira de compensar isto era reduzindo os custos de produção, mais exatamente reduzindo a parcela da riqueza que fica com as classes trabalhadoras, diretamente ou através dos impostos pagos ao Estado para financiar políticas e serviços públicos, aposentadorias e transferências de renda. Mas para reduzir o salário direto e indireto dos trabalhadores assalariados e a parcela equivalente dos trabalhadores pequenos proprietários, era necessário reduzir as liberdades democráticas, reprimir os movimentos sociais, destruir o movimento sindical e popular, criminalizar a esquerda partidária e nossas ideias. Noutras palavras, era necessário “mudar de regime político”.

A mudança de regime irá até que ponto? Uma ditadura militar clássica? Um neofascismo tupiniquim? Não há como saber, até porque isso dependerá em parte da situação internacional, em parte da resistência oferecida pela esquerda e pelas classes trabalhadoras. Seja como for, provavelmente, desde dezembro de 2014 e com certeza desde o final de outubro de 2018, o desafio posto para o conjunto da esquerda brasileira é qualitativamente diferente daquele enfrentado entre 1989 e 2014.

Portanto, a esquerda brasileira precisa discutir qual a estratégia adequada para atuar neste contexto. Discutir a estratégia significa, no fundamental, definir como articular as oito variáveis citadas a seguir: a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder.

Como é óbvio, há sobre cada um destes pontos uma enorme polêmica, que envolve diferentes visões acerca da conjuntura internacional, na qual crescem os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008. Por outro lado, há uma permanente tensão político-militar. Como parte do ambiente de tensão, operam a extrema direita e o fascismo. O pano de fundo é o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial.

Há três desfechos possíveis: o prolongamento desta disputa, a vitória dos Estados Unidos e a vitória da China. No caso de vitória dos Estados Unidos e no caso de prolongamento da disputa, sabemos mais ou menos o que ocorreria, pois convivemos com os EUA há séculos e, portanto, já experimentamos diferentes estágios e formas de relação com a potência nortista. A conclusão é: neste caso, só uma revolução política e social alteraria o nosso lugar no mundo e alteraria estruturalmente o impacto dos EUA sobre nossa sociedade.

E o que aconteceria se a China vencesse a disputa? A resposta é: o mais provável é que os Estados Unidos deixem a condição de potência mundial e convertam-se numa potência regional. Com mais motivos do que possui hoje, para tentar impedir a ascensão de um rival no continente, seja um país, seja um bloco de países. Claro que a derrota dos Estados Unidos abriria uma janela para a América Latina. Claro que o tamanho desta janela depende do tamanho da derrota. Mas o mais provável, baseado na experiência histórica disponível, é que passado certo tempo, os EUA se reergueriam.

Portanto, no melhor dos cenários – derrota dos Estados Unidos no conflito com a China –, teríamos que aproveitar a janela aberta para **converter a região na quarta grande oficina & laboratório do mundo**. Ou seja, superar o atraso estrutural, que nos mantém na periferia. O que teria de ser feito apesar e contra os instintos animais da classe dominante.

A classe dominante brasileira nunca teve, ao menos hegemonicamente, vocação de dirigente de uma potência. Por outro lado, os prazos e as condições de um processo de reindustrialização de novo tipo exigem um grau de empenho popular similar ao de uma guerra; e isso não se faz sem coesão social; e não há coesão social, com uma classe dominante como a latino-americana, brasileira inclusive.

Portanto, o problema posto (fazer em alta velocidade um processo de reindustrialização de novo tipo) se resolve apenas através do Estado. Não apenas “com” o Estado, mas dirigido pelo Estado. E não pelo Estado que temos hoje, expressão do domínio de uma

determinada classe social. Mas através de outro tipo de Estado, que expresse outro tipo de correlação de forças.

Portanto, aconteça o que acontecer no mundo, mudar nosso lugar estrutural no mundo *exigirá uma grande revolução, que coloque o Estado e os principais meios de produção sob controle social e a serviço de um processo de veloz elevação da capacidade produtiva nacional*. E o termo político mais adequado para isto é *socialismo*.

Evidentemente, este não é o raciocínio prevalecente nas principais expressões políticas da esquerda brasileira. Na economia, predomina uma lógica de parceria público-privada, em que cabe aos governos adotar políticas de tipo keynesiano, que estimulariam o espírito animal do setor privado. Na política, predomina uma lógica democrático-liberal, que acredita na criação de consensos e decisões político-institucionais como sendo o caminho para definir um “projeto de nação”. Na geopolítica, finalmente, predomina uma lógica de integração regional de baixo perfil, acompanhada da convivência pacífica com os Estados Unidos.

Não há nenhum motivo para achar que será o debate teórico que produzirá as condições políticas para a adoção de outro caminho estratégico, distinto do resumido no parágrafo anterior. Pelo contrário, caberá à luta entre as classes (no plano nacional), e entre os Estados (no plano internacional), criar as condições políticas que abram caminho para que novas teorias se tornem hegemônicas, nos libertando não apenas do *mainstream* neoliberal e autoritário, mas também das ideias keynesianas e democrático-liberais.

Se isso ocorrer, a América Latina chegará ao final do século XXI ocupando um lugar totalmente diferente na “divisão internacional do trabalho” e se convertendo em pólo de um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo. Do contrário, continuaremos sendo a região das potencialidades perdidas.

Feita a exposição positiva do que penso, passo a responder de maneira direta e sintética às questões propostas por marxismo21.

1/Qual a relação entre a crise econômica brasileira e a crise do "capitalismo global"?

O padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil, a partir de 1930, o foi como resposta a uma crise global do capitalismo. A crise do padrão de desenvolvimento adotado em 1930, decorre de outra crise global do capitalismo, a dos anos Setenta. Desde os anos 1990, o Brasil está sob a hegemonia do chamado neoliberalismo, leia-se, da coalizão entre capital transnacional, financeiro e agronegócio. Durante algum tempo, houve na esquerda brasileira quem imaginasse ser possível, nos marcos da hegemonia neoliberal, gerar níveis crescentes de bem-estar, liberdades democráticas, soberania nacional, integração regional e desenvolvimento. A crise de 2008 e o que veio depois mostra que o futuro que o neoliberalismo nos oferece é a volta aos dilemas da década de 1920.

2/Qual a relação entre neoliberalismo e a crise atual? O “neodesenvolvimentismo” foi superado? É possível um novo modelo de crescimento capitalista?

O “crescimento” capitalista sempre é possível, enquanto houver capitalismo. A questão é o que entendemos por “crescimento”. O capitalismo moderno tem alergia a reformas estruturais e tem compulsão por gerar destruição em larga escala. Se sobrevivermos, desta destruição e da reação popular a ela pode brotar um novo período de certo “equilíbrio”, com algum tipo de desenvolvimento. É por isto que o “desenvolvimentismo”, qualquer que seja seu prefixo, é uma doutrina que, se quiser ser coerente nos propósitos, precisa se descolar do capitalismo.

3/*Como o marxismo (brasileiro e internacional) pode responder conceitualmente ao atual avanço conservador?*

Lembrando a tese onze. Claro que há um déficit teórico. Mas quando se vê o problema de conjunto, nosso principal problema não é de interpretação de algo novo, mas sim o de fazer triunfar novamente algumas ideias aparentemente velhas.

4/*Governo Bolsonaro e o bolsonarismo: fascismo, autoritarismo, populismo de direita, neofascismo?*

Fascismo é um nome inadequado, à medida que remete para uma situação histórica concreta e específica. Autoritarismo, com certeza, mas não se trata apenas de autoritarismo. Populismo de direita, com certeza, mas tampouco se trata apenas disso. É adequado falar de neofascismo, pois há uma intencionalidade clara de destruir os oponentes, não apenas politicamente, mas também fisicamente.

5/*Qual a relação entre a crise do Estado brasileiro e a crise do sistema partidário e da democracia?*

O Estado brasileiro passa bem, obrigado. O que não passa bem é o regime criado em 1988, produto de uma situação histórica muito específica, de transição. Aquele regime nunca foi bem aceito pela classe dominante, entre outras coisas porque supunha um nível de liberdades democráticas e de direitos sociais para além do que consideram razoável; mas tampouco serviu para quem, na esquerda, queria fazer transformações estruturais na sociedade brasileira. Uma parte importante deste regime é o sistema partidário, que nunca foi o método pelo qual a classe dominante governou efetivamente no Brasil. Para as esquerdas, que não são nem estão no poder, os partidos deveriam ser fundamentais. Já para as classes dominantes, as direitas partidárias podem ser funcionais, mas nunca foram indispensáveis. E a democracia? Do ponto de vista das classes populares, nunca existiu plenamente para a imensa maioria.

6/*Hoje, qual a relação entre programa máximo e programa mínimo?*

Não haverá, para a grande maioria do povo, de maneira sistemática e sustentável, nem bem-estar social, nem liberdades democráticas, nem soberania nacional, nem integração

regional, nem desenvolvimento, sem socialismo. Esta é a relação entre programa mínimo e programa máximo.

7/Qual frente é necessária hoje para os desafios postos? Frente ampla/Democrática ou Frente de esquerda/popular?

A mais ampla frente, a mais democrática frente, é aquela que tenha como objetivo atender, de maneira profunda e consequente, os interesses da grande maioria do povo. Por isso, do que precisamos é de uma frente de esquerda, capaz de colocar em pauta não apenas a luta contra a pessoa Bolsonaro, não apenas a luta contra o governo Bolsonaro, não apenas a luta contra a coalizão governante, mas também a luta contra o latifúndio, contra o imperialismo, contra o capitalismo.

8/Qual a influência da conjuntura latino-americana e internacional na dinâmica da política brasileira (outubro: eleições na Argentina, Uruguai e Bolívia)?

Influencia a vanguarda da esquerda (de maneira contraditória, pois para alguns confirma a inviabilidade da estratégia eleitoral, para outros reforça a tendência à moderação) e impacta a extrema direita e seus instrumentos militares (que já fazem planos de contingência, como deixaram claro publicamente), mas não impacta a massa.

9/Quais as alianças de classe operantes no Brasil hoje e como analisá-las?

Alianças de classes (não de partidos) operantes (ou seja, não potenciais, não em tese) no Brasil de hoje, são duas: de um lado, a aliança dominante, que envolve a classe capitalista, hegemonizando parcela importante dos trabalhadores pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados; de outro lado, a aliança entre parcela dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos proprietários. Parte dos que integram esta segunda aliança sonham, dia e noite, em atrair setores do empresariado capitalista. Mas sonho, sonho é.

10/Quem compõem a base social do atual governo, para além de apoios empresarias, associativos e corporativos ?

Como foi dito no início deste texto, a coalizão vencedora nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil foi encabeçada por Bolsonaro e pela extrema-direita, mas inclui a maior parte da classe dominante brasileira (os empresários capitalistas), parte expressiva dos setores médios (assalariados de alta renda, empresários capitalistas de pequeno e médio porte, pequenos proprietários familiares), parte expressiva do aparato de Estado (com destaque para o sistema judiciário, as forças armadas e as polícias militares), o oligopólio da mídia e seus associados, a maior parte da base social e eleitoral dos partidos de centro-direita (MDB e PSDB inclusive), a cúpula de várias igrejas e, por último, mas não menos importante, inclui também os governos e as comunidades de inteligência dos Estados Unidos e de Israel.

11/A classe dominante brasileira dispõe de um projeto para o país?

Claro que sim. Este aí que estamos vendo. Neste projeto, os interesses do povo brasileiro não são variável dominante, mas dominada.

12/A política de conciliação pelo alto se esgotou histórica e politicamente?

Historicamente, está esgotada “desde sempre”. Politicamente, se esgotará somente quando a classe trabalhadora se tornar classe dominante. Até lá haverá quem deseje conciliar. E, eventualmente, haverá conjunturas em que parecerá ser possível conciliar. Até o próximo golpe.

13/Qual a situação atual dos movimentos sociais e dos movimentos identitários e seu papel na configuração da ação coletiva?

Movimentos sociais podem referir-se aos movimentos reais feitos pela classe ou pode referir-se às organizações mais ou menos permanentes que surgem e se cristalizam a partir desta luta. No primeiro sentido, estamos num momento de relativo refluxo. No segundo sentido, estamos vivendo uma crise generalizada, que só vai ser superada quando as organizações populares se adequarem ao novo padrão da luta de classes. Quanto aos chamados movimentos identitários, novamente é preciso definir do que estamos falando. Se estamos falando da luta concreta das mulheres, das juventudes, das vítimas do racismo, da homofobia, de todo o tipo de opressão, então estamos num momento de fortes enfrentamentos, porque uma das consequências da radicalização do Capital contra o Trabalho é acentuar a pressão sobre os elos mais fracos da classe. Agora, se estamos falando das organizações que tentam ser porta-vozes destas lutas, então a resposta é que há de tudo, inclusive aqueles que equivocadamente acham que há chances de êxito sem, apesar e até mesmo contra o movimento geral da classe trabalhadora.

14/Como defender, hoje, o socialismo como alternativa? A curto, médio ou longo prazo?

O socialismo é uma alternativa concreta para a situação atual do país. Sem o socialismo, serão sempre capengas todas as tentativas de viabilizar bem-estar, liberdades, soberania, integração e desenvolvimento. Portanto, demore pouco ou demore muito, o socialismo é a alternativa.

15/Qual a relação entre política e religião e o debate sobre Estado laico hoje?

A extrema direita, no Brasil e no mundo, opera a carta da guerra religiosa. A esquerda deve operar a carta da luta de classes. Portanto, não somos a favor de um “Estado ateu”, nem de uma “política ateia”, mas sim a favor de um Estado laico e de uma política laica.

16/Como a analisar a influência da criminalidade e do “capitalismo gangster” na política hoje? E que tipo de enfoque poderia ser apresentado?

O capitalismo gangster é praticado no andar de cima, pelo setor financeiro. Isto estabelece um método e um patamar almejado de lucros que empurra todo o sistema para o “crime”. As milícias paramilitares e a “criminalidade organizada” não apareceram agora, mas sua expansão atual tem que ver com o ambiente geral. Para combater o crime embaixo, é preciso cortar a cabeça do monstro.